

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de julho de 2022, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão De Negócios Estrangeiros E Comunidades Portuguesas, na(o) Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. - Informações Gerais

2. - Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 148/XV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo o alargamento do “Programa Regressar” aos emigrantes da Madeira e dos Açores

3. - Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 147/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que promova um debate alargado sobre os riscos do Tratado da Carta da Energia e que proceda à sua denúncia.

4. - Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação de autor do parecer:

[Proposta de Resolução n.º 1/XV/1.ª](#) - Aprova o Acordo relativo à cessação da vigência de Tratados Bilaterais de Investimento entre os Estados-Membros da União Europeia, assinado em Bruxelas, em 5 de maio de 2020

Deputado relator(a): PS

5. - Outros assuntos

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS), passou-se à discussão dos pontos previstos na ordem de trabalhos:

1. Informações Gerais

O Senhor Presidente lembrou os Senhores. Deputados do PS e PSD que deverão indicar o nome do seu representante que participará na Conferência Interparlamentar de Praga (PESC/PCSD), que decorrerá nos dias 4 e 5 de setembro próximo.

Informou, ainda, que no dia 19 de julho, pelas 16.30 horas, terá lugar na Sala da Biblioteca Passos Manuel, o lançamento da obra “Olivença na História”,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

um projeto editorial coordenado pela CNECP e que conta com a colaboração da Faculdade de Direito de Lisboa e do Grupo amigos de Olivença, exortando à participação dos membros da Comissão.

Indicou também que, na última reunião, as atas números 7, de 25 de maio; 10, de 8 de junho; 11, de 14 de junho; 12, de 21 de junho; e 13, de 29 de junho, foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas sob condição de ratificação posterior, tendo as mesmas sido agora consideradas ratificadas.

2. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 92/XV/1.ª \(PAN\)](#) -
Recomenda ao Governo português que promova a criação de um Tratado Internacional para os Oceanos e reforce a ambição nas metas de gestão e classificação das áreas marinhas protegidas.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 92/XV/1.ª, dando nota que o PAN deu entrada de um texto de substituição em que acolheu as propostas de alteração acordadas com o GP do PS.

O Senhor Deputado João Pedro Matos Fernandes (PS) pediu a palavra para indicar que o GP do PS tem uma posição diferente da do PAN em relação a estas matérias no que diz respeito ao Tratado dos Oceanos. Considerou, no entanto, importante na proposta do PAN o reconhecimento de que não partimos do zero na defesa dos oceanos. Recordou ainda que a ideia de um tratado para os oceanos divide os apoiantes das causas ambientais, uma vez que há quem defenda a integração desta matéria no acordo de Paris. Recordou, ainda, que o Governo português sempre defendeu que as matérias fossem abordadas em textos separados, por considerar que a integração do tema no acordo de Paris retardaria ainda mais a sua implementação.

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) indicou que o seu GP acompanha integralmente a posição do GP do PS. Reconhece que há muitos avanços,

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

sabendo que há muito a fazer, e a proposta do PAN vai ao encontro dos objetivos de gestão e classificação das áreas marinhas protegidas, pelo que vê a proposta de forma positiva.

O Senhor Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) declarou acompanhar integralmente as posições dos GP do PS e do PSD, não desejando acrescentar à discussão.

3. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 148/XV/1.ª \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo o alargamento do “Programa Regressar” aos emigrantes da Madeira e dos Açores.

Este ponto da agenda foi adiado a pedido do Grupo Parlamentar do PS.

4. Apresentação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 147/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que promova um debate alargado sobre os riscos do Tratado da Carta da Energia e que proceda à sua denúncia

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 147/XV/1.ª.

O Senhor Deputado João Pedro Matos Fernandes (PS) pediu a palavra para indicar que a posição do GP do PS é a mesma que foi expressa aquando da apresentação de uma proposta semelhante pelo DURP do L: nenhuma das propostas conta com as evoluções ocorridas na sessão extraordinária de 24 de junho de 2022 da Conferência da Carta da Energia, e que, ainda que os resultados e forma de evolução não sejam os mais corretos, sair significa deixar a condução das negociações a outros. Mesmo os Estados que ameaçaram abandonar a Carta nunca o fizeram de facto, o que permitiu fazer vingar a visão da UE sobre a carta da Energia a 24 de junho.

O Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) indicou que o seu GP acompanha integralmente a posição do GP do PS. Considera que uma revisão do Tratado pode ser adequada, mas rejeitou a denúncia ou a ideia de que o Tratado funciona de forma contrária àquelas que são as preocupações com a descarbonização. Recordou, a este respeito, que o Governo espanhol foi



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

impossibilitado de anular contratos nesta área pela existência da carta da energia

O Senhor Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) declarou acompanhar integralmente as posições dos GP do PS e do PSD, não desejando acrescentar à discussão.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) recordou que o Projeto de Resolução tem dois pontos distintos e indicou estar disponível para pedir a desagregação dos mesmos para efeitos de votação, de forma a assegurar a existência de um debate alargado sobre a Carta da Energia.

O Senhor Presidente da Comissão recordou que essa questão teria de ser colocada à Mesa da Assembleia da República, uma vez que a votação do Projeto de Resolução decorrerá em Sessão Plenária.

5. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação de autor do parecer:

[Proposta de Resolução n.º 1/XV/1.ª](#) - Aprova o Acordo relativo à cessação da vigência de Tratados Bilaterais de Investimento entre os Estados-Membros da União Europeia, assinado em Bruxelas, em 5 de maio de 2020

Foi nomeada para elaboração de parecer a Senhora Deputada Anabela Real (PS)

6. Outros Assuntos

A reunião foi encerrada às 15:58 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 13 julho 2022.

O PRESIDENTE

(SÉRGIO SOUSA PINTO)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 16/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
António Caracol (PS)
Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
João Pedro Matos Fernandes (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Natália Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Maria João Castro (PS)
Bruno Coimbra (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Paulo Ramalho (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Pedro Pessanha (CH)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Santos (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Paula Santos (PCP)
José Moura Soeiro (BE)

Aprovado em reunião de Comissão de 27 de setembro de 2022